

A *Vesperata* em Diamantina e a privatização do espaço público

Romario Allef Ribeiro Silva
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Rosângela Pereira de Tugny
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Resumo

Este estudo investiga a *Vesperata*, um evento realizado no centro histórico de Diamantina, Minas Gerais, e analisa seu impacto cultural e econômico na cidade. Examina a transformação da *Vesperata* em um espetáculo turístico e a privatização do espaço público para sua realização. A privatização do evento levanta questões sobre a mercantilização de eventos culturais e a exclusão socioeconômica de moradores que não podem pagar pelas mesas reservadas. Henri Lefebvre argumenta que o espaço urbano é uma construção social resultante de processos históricos, políticos, econômicos e culturais. Este estudo contribui para a compreensão da gestão de eventos culturais, evidenciando a busca pelo equilíbrio entre a preservação do patrimônio cultural com as demandas econômicas. A pesquisa sugere que políticas culturais inclusivas e participativas são essenciais para garantir que a identidade cultural local seja preservada e celebrada de forma autêntica e sustentável.

Palavras-chave: Diamantina; *Vesperata*; mercantilização cultural.

Introdução

A cidade tricentenária de Diamantina destacou-se como um importante polo econômico em Minas Gerais durante o período colonial, especialmente em razão da exploração de pedras preciosas pela Coroa Portuguesa, iniciada no século XVIII. Esse desenvolvimento econômico não apenas estruturou a dinâmica social da região, mas também deixou marcas profundas na configuração arquitetônica e cultural da cidade.

Com base no panorama histórico, o presente estudo analisa a *Vesperata*, um evento musical realizado nas ruas do centro histórico de Diamantina, com foco em seu papel como instrumento de valorização cultural e atração turística. Introduz-se que a *Vesperata* se originou como uma manifestação voltada à celebração comunitária e hoje se apresenta como um ativo

consolidado no calendário turístico da cidade, reunindo diferentes públicos na rua da Quitanda, no centro histórico, com seu bordão de tradição, música, gastronomia e arquitetura.

Segundo Fernandes e Conceição (2007), a prática musical em Diamantina acompanha toda a sua história, mas destacamos o período colonial, quando era incentivada diretamente pelas Irmandades religiosas e Ordens Terceiras. Com a criação da Diocese de Diamantina e as subsequentes reestruturações da Igreja Católica, houve uma reorganização das expressões musicais, que culminou na formação de bandas locais, base fundamental para a realização das *Vesperatas* nos dias de hoje.

Entretanto, o presente estudo levanta uma questão central: a privatização do espaço público durante a realização das *Vesperatas*, prática que desperta preocupações em relação à mercantilização de um evento originalmente comunitário e à possível exclusão de moradores locais, especialmente os de menor poder aquisitivo. A instalação de cercas, áreas VIP, cobrança de reservas e a concentração da organização nas mãos de empresas privadas são indícios de um processo que demanda análise crítica.

A pesquisa, portanto, tem como objetivo avaliar os impactos sociais, culturais e econômicos dessa privatização. Discute-se até que ponto a gestão atual do evento favorece a população local ou prioriza o turismo de consumo, esvaziando os sentidos simbólicos da tradição musical diamantina. Este debate é especialmente relevante quando se considera que Diamantina é reconhecida como Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO, o que implica responsabilidade na preservação e democratização de seu patrimônio.

O problema central que orienta este estudo é a privatização do espaço público para a realização das *Vesperatas*, que levanta questões sobre a mercantilização de eventos culturais comunitários e a exclusão socioeconômica de parte da população local. A pesquisa objetiva analisar os impactos dessa privatização na experiência cultural e econômica de Diamantina, bem como discutir a importância do evento na promoção do turismo e na preservação do patrimônio cultural.

A justificativa para este estudo baseia-se na necessidade de uma análise crítica sobre a gestão de eventos culturais em cidades históricas, especialmente aquelas reconhecidas como Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO, como é o caso de Diamantina. A *Vesperata*, ao ser revitalizada e inserida no calendário cultural da cidade, tornou-se um símbolo da interação entre cultura, turismo e economia local. No entanto, a delegação da produção do evento a empresas privadas, sem consulta prévia à população, aponta para uma tendência de mercantilização do espaço urbano que merece uma investigação aprofundada.

A substituição de peças que deu origem à disposição dos músicos no formato que caracteriza o espetáculo por repertórios mais comerciais também evidencia a adaptação da *Vesperata* às demandas do mercado turístico, muitas vezes em detrimento da memória

coletiva local. Essa tendência reforça a necessidade de repensar o papel das políticas públicas e da participação popular na organização de eventos culturais.

Este trabalho contribui para o entendimento das dinâmicas sociais e econômicas envolvidas na realização da *Vesperata*, oferecendo reflexões sobre como eventos culturais podem ser geridos de maneira a equilibrar a valorização do patrimônio cultural com as demandas econômicas contemporâneas.

Este trabalho visa contribuir para a reflexão sobre as dinâmicas sociais e econômicas envolvidas na realização da *Vesperata*, propondo um debate sobre os caminhos que equilibrem a valorização do patrimônio imaterial com as exigências econômicas contemporâneas. A partir dessa análise, mais do que apresentar soluções definitivas, busca-se estimular o debate e ampliar a compreensão sobre os impactos culturais e sociais dessa manifestação em Diamantina.

A cidade

A cidade de Diamantina emergiu como um polo econômico de destaque em Minas Gerais durante o período colonial, a busca constante por novas jazidas de metais preciosos atraiu tropeiros e aventureiros que passaram a explorar o vasto território mineiro, ainda pouco conhecido pelos colonizadores. Esses exploradores eventualmente se estabeleceram na região, fundando, em 1691, o Arraial do Tijuco, vilarejo que servia como base de operações, oferecendo suprimentos e abrigo temporário aos mineradores em sua jornada por riquezas.

O crescimento do Arraial do Tijuco ganhou força após a descoberta de ouro e, posteriormente, de diamantes na Bacia do Jequitinhonha. Esse acontecimento impulsionou um ciclo de urbanização e expansão populacional que deu origem ao atual município de Diamantina. A prosperidade gerada pela extração de pedras preciosas levou à elevação da localidade à categoria de vila em 1831, sob o nome de Diamantina, e, mais tarde, à condição de cidade, em 1838 (IPHAN, 2014).

Diamantina destaca-se pela preservação de seu patrimônio arquitetônico, composto por casarões de influência barroca e igrejas seculares decoradas com materiais preciosos. A cidade também conserva importantes manifestações culturais originadas no período colonial, como a religiosidade popular, a culinária, a música e o artesanato. Festividades como as festas do Divino e do Rosário continuam sendo celebradas, mantendo viva uma tradição cultural que atravessa gerações (Lacerda; Sancho *et al.*, 2011).

O reconhecimento nacional de seu patrimônio ocorreu em 1938. Posteriormente, a partir da mobilização de órgãos públicos e movimentos da sociedade civil, Diamantina recebeu o título de Patrimônio Cultural Mundial, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Para alcançar esse reconhecimento, foi necessário apresentar um dossiê que comprovasse o atendimento a, pelo menos, um dos dez

critérios exigidos pela organização. Com esse objetivo, foi criada a Comissão por Diamantina Patrimônio da Humanidade, formada por representantes do poder público e da sociedade civil organizada.

Costa (2011, p. 84) destaca que o reconhecimento de um bem como patrimônio cultural envolve, além de aspectos simbólicos, também interesses práticos e concretos, como o incentivo ao turismo. A valorização do patrimônio passa a servir como ferramenta estratégica para o desenvolvimento econômico e social. Assim, além de preservar a identidade local, promove-se também a geração de renda por meio de atividades culturais e turísticas.

Esse processo de patrimonialização, no entanto, gera tensões. A preservação do patrimônio adquire uma dupla funcionalidade, por um lado, busca-se conservar a memória, a história e os saberes locais; por outro, o patrimônio pode ser transformado em produto cultural, “empacotado” e comercializado para públicos específicos. Trata-se de uma dinâmica contraditória, mas presente em contextos globais (Costa, 2011, p. 85).

O dossiê apresentado pela comissão diamantinense fundamentou-se em três critérios, posteriormente aceitos pela UNESCO:

Critério (ii): Diamantina mostra como, no século XVIII, os descobridores do território brasileiro, os aventureiros do diamante e os representantes da coroa foram capazes de adaptar modelos europeus a uma realidade americana, criando uma cultura fiel a suas origens e completamente original [...]. Critério (iv): O conjunto urbano e arquitetônico de Diamantina tão perfeitamente integrado em uma paisagem selvagem é um belo exemplo desta mistura de espírito aventureiro e refinamento, por isso é um dos elementos significativos da história humana [...]. Critério (v): Diamantina é um dos mais recentes exemplos de como o Brasil conquistou o seu território e elaborou sua cultura, é ainda mais excepcional que esteja relacionada a um sistema agrícola tão raro como o seu objeto: o diamante [...]. (IPHAN, p.2)

Atualmente, com 47 mil habitantes e passados mais de 25 anos desde o reconhecimento pela UNESCO, a economia da cidade é diversificada, incluindo agricultura, extração mineral, comércio e ensino superior (IBGE, 2022). Contudo, é o turismo, especialmente o ecológico e cultural, que se destaca como principal atividade econômica, com impacto direto na geração de empregos e na dinamização da economia local (Lesann; Silva, 1997).

A consolidação de Diamantina como destino turístico decorre, em grande parte, de políticas públicas que buscaram explorar seu patrimônio cultural como diferencial competitivo. Transformar a cidade em um polo turístico não se limita ao reconhecimento formal de seus bens culturais, mas também envolve sua monumentalização: certos espaços passam a ser tratados como artefatos históricos, sujeitos a normativas de preservação muitas vezes impostas por instituições externas. Essa realidade levanta questões importantes: a quem pertencem esses bens? E de quem eles estão sendo protegidos?

Ergue-se, portanto, a *Vesperata*, considerada principal atração cultural e turística da cidade, um evento realizado em datas fixas, que consiste em concertos realizados nas

sacadas dos casarões históricos do centro, com o público posicionado nas ruas íngremes de calçamento em pedra tosca, característica marcante da malha urbana histórica. O formato do espetáculo cria uma ambiência sonora e visual singular, que encanta moradores e visitantes, sendo assim, a *Vesperata* tornou-se símbolo da cidade, mas também ilustra o embate entre preservação cultural e exploração turística, um dos focos centrais deste trabalho.

A *Vesperata*

A cidade de Diamantina historicamente manteve uma intensa produção musical. Nos séculos XVIII e XIX, as Irmandades e Ordens Terceiras foram as principais responsáveis por incentivar essa prática artística, contratando músicos e compositores para atuarem, sobretudo, nas cerimônias religiosas (Fernandes; Conceição, 2007). Porém, com a criação da Diocese e o estabelecimento do primeiro bispado na cidade, essas irmandades perderam autonomia econômica e administrativa. Essa mudança limitou significativamente sua capacidade de financiar as atividades culturais. A transição para uma estrutura eclesiástica mais centralizada, alinhada às diretrizes de Roma, processo conhecido como romanização, impôs ainda maiores restrições, inclusive no repertório musical permitido dentro das igrejas (Oliveira, 2016).

Como consequência, a prática musical local foi afetada, músicos que atuavam exclusivamente nas celebrações religiosas passaram a desempenhar outras atividades para garantir seu sustento, tornando-se, conforme os autores Fernandes e Conceição (2007, p. 52), “semiprofissionais”. Assim, ainda que a música não tenha desaparecido do cotidiano da cidade, esta passou a ser sustentada principalmente pela iniciativa espontânea dos próprios músicos. Isso deu origem às bandas civis, que passaram a se apresentar em festas populares, celebrações cívicas e, eventualmente, cerimônias religiosas, quando autorizadas pelo bispado.

Entre as bandas que se destacaram nesse período estavam o Corinho e o Corão, cuja rivalidade era amplamente conhecida entre os moradores e pode ter influenciado diretamente na desmoralização do movimento músico que, pela falta de apoio institucional, culminou no desaparecimento desses e de muitos outros grupos (Fernandes; Conceição, 2007).

Em 1891 foi criada a primeira banda da Polícia Militar de Minas Gerais: a banda do 3º Batalhão, composta majoritariamente por músicos remanescentes de outras agremiações da cidade. Aqui, além de suas obrigações militares, os integrantes recebiam remuneração do Estado, o que permitia maior dedicação à prática musical. Assim, a banda passou a realizar diversas apresentações, entre elas as tradicionais retretas, concertos em praças públicas e coretos.

Foi o então maestro da banda, João Baptista de Macedo, conhecido como “Maestro Pururuca”, que sugeriu uma variação inovadora das retretas: uma apresentação com os músicos distribuídos nas sacadas dos casarões históricos. Essa ideia foi pensada especifi-

camente para executar a peça *La Mezza Notte*¹, do compositor e maestro italiano Orestes Carlini. Escrita originalmente como *Fantasia Brilhante para banda e fanfarras*, a obra foi composta na primeira metade do século XX e carrega forte apelo dramatúrgico, favorecendo solos e diálogos entre os instrumentos.

Segundo Amaral (2012, p. 8), a disposição dos músicos nas sacadas reforçava os elementos estruturais da obra:

Trata-se de uma fantasia muito bem elaborada, cuja melodia oferece aos instrumentistas a possibilidade de executarem os solos em uma situação bastante parecida com um sistema de pergunta e resposta, de modo que a impressão que se tem é a de que os músicos estão praticando uma provocação musical, com destaque para os trompetes, trombones, bombardinos e pratos.

A primeira apresentação com essa configuração causou grande comoção entre os moradores, mas não foi concebida como atração turística. Tratava-se, antes, de uma forma de estreitar os laços entre a banda militar e a população local (Amaral, 2012). O nome *Vesperata* surgiu em alusão ao horário das apresentações, realizadas no final da tarde, às vésperas. E, durante o século XX, as *Vesperatas* persistiram de forma esporádica, com menor frequência e organização, mas com o tempo, porém, a prática foi sendo abandonada até que, em 1946, *La Mezza Notte* foi executada publicamente pela última vez neste formato em Diamantina.

Décadas depois, durante as reuniões da Comissão por Diamantina Patrimônio da Humanidade, o cônego e Major Capelão da Polícia Militar, Monsenhor Walter Almeida, sugeriu o retorno das apresentações musicais nas sacadas da cidade. A proposta visava recuperar uma tradição local e apresentá-la sob uma nova ótica cultural. Segundo Fernandes e Conceição (2007, p. 167):

[...] o Monsenhor Walter Almeida sugeriu a volta da Banda Militar para as sacadas, como atração cultural a ser recuperada e oferecida dentro de um novo contexto que se delineava. [...] As apresentações deveriam ser realizadas para deleite das autoridades que haviam aumentado o fluxo de visitas à cidade, como forma de demonstrar a riqueza de nossa herança musical, fruto de um passado em que a música, entremeada ao som de vozes, pássaros e sinos, transformava as tardes diamantinenses em tardes vespertais (Fernandes; Conceição, 2007, p. 167).

Na noite do dia 16 de agosto de 1997, no contexto do lançamento do Programa Nacional de Turismo Cultural do Ministério da Cultura, a *Vesperata* foi oficialmente retomada, agora como parte de um projeto cultural articulado pelo poder público. A partir de então, investimentos

¹ Não existem muitos registros da música *La Mezza Notte* disponíveis na internet, mas para enriquecer a experiência dos leitores, recomenda-se acessar a gravação da música por meio do seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=Xvdn4llc6ZE&ab_channel=AngeloFleri. A gravação apresenta um trecho extraído do concerto de verão *Note d'estate 2021*, realizado em 12 de agosto de 2021, executado pela Associazione Musicale Fiumedinisi (Messina), sob a direção do Maestro Giuseppe Minurili.

financeiros e humanos foram mobilizados para transformar o evento em um atrativo turístico regular, integrado ao calendário oficial da cidade (Rodrigues; Pereira *et al.*, 2019).

Após este retorno, a *Vesperata* passou a ser organizada com a participação conjunta da Banda do 3º BPM e da Banda Mirim Prefeito Antônio de Carvalho Cruz, apoiada pela prefeitura, e o evento se consolidou como espetáculo noturno, deslocando-se para horários mais tardios. Ao mesmo tempo, o repertório sofreu alterações significativas e a peça *La Mezza Notte* foi gradualmente substituída por obras mais conhecidas do grande público, como arranjos de músicas populares brasileiras, temas de filmes e peças eruditas de apelo universal. Hoje, *La Mezza Notte*, música que deu origem ao formato do evento, não faz mais parte do repertório oficial.

A nova versão da *Vesperata* passou a ser vista também como um projeto de desenvolvimento econômico. Parcerias foram estabelecidas com bares, restaurantes e hotéis do centro histórico. As mesas, organizadas na Rua da Quitanda, eram reservadas exclusivamente para turistas por meio dos estabelecimentos parceiros. Enquanto isso, o público geral era separado por cordões e posicionado nas calçadas, configurando uma divisão espacial que refletia a lógica de comercialização do espetáculo.

A repercussão da nova *Vesperata* alcançou reconhecimento nacional e, em 2010, o evento recebeu o prêmio de 1º lugar na categoria “Eventos Sustentáveis do Brasil”, concedido pelo Ministério do Turismo. Sendo posteriormente, em 2015, registrado como Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais. A oficialização como patrimônio e os prêmios recebidos ampliaram sua visibilidade, consolidando a *Vesperata* como o principal atrativo turístico-cultural da cidade. Seu impacto se expressa não apenas no calendário cultural de Diamantina, mas também no aumento do fluxo turístico e na reorganização do espaço urbano durante os finais de semana em que o evento é realizado.

O processo de privatização do espaço público

Desde a sua nova concepção em 1997, a *Vesperata* já foi pensada como um ativo voltado para o turismo. No entanto, em 2011, a prefeitura de Diamantina lançou um edital de licitação com o objetivo de contratar uma empresa que assumisse a produção do evento. A Agência Minas Gerais, responsável por parte das atividades turísticas na cidade, foi a empresa selecionada. Conforme o Edital nº 001/2011, processo licitatório nº 043/2011, o objetivo do Poder Executivo Municipal era delegar a uma empresa especializada em organização de eventos e comercialização de produtos turísticos a realização das *Vesperatas*, incluindo a venda de mesas e a produção executiva do espetáculo (sítio oficial de Diamantina).

Essa privatização do espaço público levanta diversas questões críticas. Primeiramente, a decisão foi tomada sem qualquer consulta prévia à população, desconsiderando a participação cidadã em um processo que envolve um dos eventos culturais mais significativos

da cidade (Rodrigues; Pereira *et al.*, 2019). A transferência do controle do evento para uma empresa privada não apenas altera sua lógica de funcionamento, mas pode também alienar a comunidade local de uma tradição que historicamente lhe pertence.

A relação entre poder público, empresa organizadora e público consumidor foi formalizada mais recentemente pelo Decreto nº 109, de 5 de março de 2024, que regula os eventos *Vesperata* e *Seresta* no município. Nele, são detalhadas as funções do poder público, da empresa promotora (responsável pela venda das mesas e orientação aos turistas), e dos chamados “compradores”, nome dado aos turistas que adquirem as pulseiras que dão acesso ao evento.

Conforme determina o Decreto nº 25, de 10 de janeiro de 2023, o processo de privatização também abrange as janelas e sacadas dos casarões da Rua da Quitanda. Embora sejam propriedades privadas, esses espaços devem ser cedidos à administração municipal para a realização da *Vesperata*, que, por sua vez, é organizada por uma empresa privada.

Com o aumento da procura pelo evento, o espaço da rua tornou-se insuficiente para acomodar tanto os turistas quanto os moradores. Como solução, medidas foram adotadas para melhorar o atendimento daqueles que reservaram mesas. A calçada, antes acessível ao público geral, passou também a ser isolada. Nas noites do evento, toda a Rua da Quitanda é cercada, ocupada por mesas numeradas e pelo pequeno palco destinado ao maestro.

Problematiza-se, portanto, que a delegação da *Vesperata* a uma empresa privada representa um processo claro de mercantilização de um espaço originalmente público e gratuito. Isso resulta na exclusão de pessoas que não têm condições de pagar pelas mesas, criando uma divisão evidente entre aqueles que participam plenamente do evento e aqueles limitados a espaços periféricos.

Essa divisão pode ser interpretada como uma forma contemporânea de segregação socioeconômica dentro de um espaço público. Não é incomum traçar um paralelo com o período escravista, quando os assentos nas igrejas eram distribuídos de acordo com classe social ou cor. Da mesma forma, na *Vesperata*, músicos locais e seus familiares, assim como moradores da cidade, são frequentemente excluídos da possibilidade de vivenciar o evento como uma experiência de sociabilidade musical, conforme foi concebido originalmente.

A análise dessa mercantilização do espaço público pode ser enriquecida pelas ideias de Guy Debord sobre a alienação e a espetacularização da vida social. Para Debord (1997, p. 27), “o homem alienado daquilo que produz, mesmo criando os detalhes do seu mundo, está separado dele. Quanto mais sua vida se transforma em mercadoria, mais se separa dela”. Na sociedade do espetáculo, todas as relações e práticas sociais são transformadas em mercadorias, mediadas por imagens e consumo. Como afirma o autor: “o espetáculo é o capital a um tal grau de acumulação que se torna imagem” (Debord, 1997, p. 28).

Sob essa ótica, a *Vesperata*, ao ser apropriada por interesses mercadológicos, perde seu caráter de manifestação cultural espontânea e se converte em um evento turístico coreografado, formatado para atender às demandas do mercado. Essa transformação aliena a população local de sua própria tradição, substituindo a vivência comunitária por uma experiência vendável e estetizada, onde a participação é mediada pelo poder de compra.

Além disso, o isolamento da Rua da Quitanda e a restrição de acesso aos espaços privilegiados reforçam a lógica do espetáculo, transformando os espectadores em consumidores passivos. A experiência cultural passa a ser oferecida como um produto, e não como uma prática compartilhada. Para Debord, o espetáculo não apenas separa as pessoas de sua própria realidade, mas cria uma falsa aparência de unidade, onde as desigualdades reais são mascaradas por uma fachada de participação democrática. Como afirma o autor: “o êxito do sistema econômico da separação significa a proletarização do mundo” (Debord, 1997, p. 23).

Dessa forma, a *Vesperata*, antes símbolo de encontro musical e comunitário, torna-se uma vitrine do privilégio econômico, onde o capital determina quem pode ou não participar plenamente da tradição. A rua, que outrora foi espaço de convivência e partilha, é transformada em um território marcado por cercas simbólicas e reais, onde a cultura local é exibida como um espetáculo para consumo externo, esvaziando-se de sua função original: a celebração coletiva da música e da memória.

Entre mercadoria e celebração comunitária da população local

A exploração econômica de bandas públicas, como a Banda Militar e a Banda Mirim, financiadas pelo Estado e pela prefeitura, revela uma contradição entre seu caráter público e sua transformação em atrações comerciais privadas. Ao inseri-las num contexto de mercantilização, corre o risco de desviar suas finalidades originais, que deveriam priorizar o acesso cultural amplo e comunitário. No entanto, vale ressaltar que a participação dessas bandas na *Vesperata* não compromete sua agenda regular, que vai além dos dias de evento.

Como contrapartida social, são reservadas 20 mesas gratuitas em cada espetáculo para moradores locais. Além disso, em pelo menos duas ocasiões por temporada, realizam-se *Vesperatas* “extras”, voltadas exclusivamente à comunidade. Apesar disso, esses eventos fora de temporada costumam ter baixa adesão, e as mesas para moradores quase nunca ficam totalmente ocupadas.

Assim, por um lado, a *Vesperata* consolida-se como o principal atrativo do turismo diamantinense, por outro, o aumento dos preços no comércio local e as restrições de circulação de pessoas e veículos impostas pela agência de viagens e pela prefeitura afastam a população residente como consequência. A gratuidade e a oferta de mesas não são suficientes: os moradores não se sentem parte do evento, a visão que projetam é de que a

Vesperata não é para eles e sim para os turistas, e justamente por isso, as mesas e os eventos dedicados exclusivamente para eles não contam com a adesão do público. A *Vesperata* transformou-se num espetáculo para turistas, deixando de ser uma celebração comunitária.

Em 2006, Elaine Porto Guimarães e Wanir Romero Ferreira publicaram um artigo tratando sobre os impactos da utilização turística da *Vesperata* em Diamantina, o texto ajuda a entender como o evento funcionava antes de sua organização ser centralizada por licitação. Muitos dos efeitos positivos e negativos que apontaram ainda hoje se mantêm:

1. Impactos positivos

- Geração de empregos diretos e indiretos nos setores hoteleiro, de alimentação e artesanato.
- Aumento da taxa de ocupação em hotéis e pousadas durante o evento.
- Diversificação do comércio local, melhoria na qualidade de produtos e serviços.
- Expansão dos horários comerciais em restaurantes, bares e lojas.
- Criação de novos projetos culturais e turísticos.
- Autossustentação do evento, com renda própria financiando outras iniciativas culturais.

2. Impactos negativos

- Fuga de renda: grande parte dos lucros não fica na cidade, pela ausência de agências locais operando no circuito da *Vesperata*.
- Dificuldade de acesso: moradores enfrentam barreiras para obter mesas e convites, que são priorizados para turistas.
- Mudança de foco: o turismo passou a valorizar quase exclusivamente a *Vesperata*, em detrimento da arquitetura e da história de Diamantina.
- Descaracterização cultural: o repertório tradicional é substituído por músicas populares, comprometendo a autenticidade.
- Desigualdade na distribuição de renda: recursos concentram-se nas mãos de proprietários de estabelecimentos e operadoras turísticas.
- Declínio de festas religiosas: manifestações históricas, como as festas do Divino e do Rosário, perderam relevância (Guimarães; Ferreira, 2006, p. 84).

Cabe frisar que os impactos mapeados se concentram sobretudo no aspecto econômico, oferecendo benefícios de forma indireta aos moradores locais. A questão, porém, é se esses ganhos chegam efetivamente aos proprietários e representantes do comércio voltado ao turismo. Assim, embora os aspectos econômicos figurassem como impactos positivos, os autores também destacam a distribuição desigual de recursos como elemento negativo.

A mudança promovida pela licitação para organizar o evento – e, consequentemente, centralizar a comercialização das reservas – teve como objetivo facilitar a compra de mesas. Antes disso, elas eram negociadas diretamente com os representantes da rede hoteleira, que priorizavam seus próprios hóspedes. Nos últimos anos, surgiram várias agências de viagem sediadas em Diamantina, inclusive a vencedora da licitação. Ainda assim, a maior parte da receita gerada não permanece na cidade.

Outros pontos negativos apontados pelos autores dizem respeito às dinâmicas culturais locais. Primeiro, o movimento turístico, antes direcionado a manifestações tradicionais como as festas religiosas, deslocou-se quase exclusivamente para a *Vesperata*. Segundo, o repertório executado no evento ignora grande parte da produção de compositores históricos de Diamantina, privilegiando músicas de fácil assimilação pelos turistas, como peças de gêneros mais populares como rock, sertanejo e clássicos do rádio.

Ao analisar os impactos positivos e negativos destacados por Guimarães e Ferreira (2006), nota-se que o êxito comercial da *Vesperata* elevou a circulação de turistas e de dinheiro na cidade, mas manteve a concentração de recursos nas mãos de poucos. O grande dilema no turismo cultural é, portanto, equilibrar mercantilização e celebração comunitária. À medida que o valor de uso – o significado social e cultural do evento para a população local – é substituído pelo valor de troca – seu potencial econômico como produto turístico – instaura-se uma tensão significativa. Essa tensão revela como a *Vesperata* deixou de fazer sentido para quem via na música um modo de sociabilidade, passando a ser “negócio” e afastando a comunidade do centro da cidade.

Apontamentos teóricos

Uma cidade transcende suas ruas e edificações, sendo essencialmente moldada pela interação entre as pessoas e suas relações com o ambiente. Além de suas construções e áreas urbanizadas, a cidade é definida pela urbanidade, que representa a vivência do mundo social. Essa urbanidade reflete as mediações entre planejamentos urbanos, indivíduos, práticas sociais e normas (Miranda, 2012). Esse processo permite reconhecer diferenças, em que forças opostas coexistem num mesmo espaço-tempo social, revelando um jogo de poder, tensões e transgressões.

A forma como gestores municipais autorizam a privatização de trechos da via pública em benefício de instituições privadas remete à mesma dinâmica de coexistência de forças antagônicas. É aí que se configura a mercantilização do espaço público e a espetacularização da manifestação cultural. As relações de poder ficam evidentes na análise do território onde a *Vesperata* ocorre, pois o poder hegemônico usa entidades públicas e o discurso do “evento turístico” para justificar a segregação imposta pela desterritorialização.

Para Corrêa (1994), desterritorialização é a perda do território apropriado e vivido devido a processos derivados de contradições capazes de desfazer esse território. Trata-se de uma ruptura que atinge determinado grupo social, desencadeada por fatores variados. Essa perda exemplifica as tensões e disputas inerentes ao espaço urbano, onde mercado e políticas públicas convergem para redefinir usos, impactando a vida cotidiana e as práticas culturais, mesmo que apenas por um curto período, como ocorre com a *Vesperata*, quando funções e usos da Rua da Quitanda se ressignificam em favor dos turistas.

Henri Lefebvre oferece contribuições valiosas ao estudo do espaço urbano, em sua obra, “A Produção do Espaço” (1974), ele argumenta que o espaço urbano não é mero cenário neutro, onde a vida social ocorre, mas uma produção social forjada por processos históricos, políticos, econômicos e culturais. Schmid (2012) complementa essa visão ao afirmar que, utilizando-se do conceito de produção do espaço, Lefebvre propõe uma teoria que entende o espaço como fundamentalmente atado à realidade social.

Lefebvre (2006, p. 66) propõe três dimensões do espaço urbano: o espaço percebido: o espaço físico e material da cidade o que inclui as ruas, edifícios, infraestrutura; o espaço concebido: as representações e planejamentos que moldam o espaço entre eles os mapas, planos, regulamentos produzidos por arquitetos, urbanistas e autoridades; e, por fim, o espaço vivido: as práticas sociais e experiências cotidianas dos habitantes sendo elas as apropriações, resistências e interações no dia a dia.

Esses conceitos ajudam a entender a privatização do espaço público para a *Vesperata*: no espaço percebido, temos as ruas e varandas usadas pelo evento; no espaço concebido, está a organização e o planejamento do evento; e, no espaço vivido, residem as experiências de moradores e turistas durante o espetáculo. A privatização introduz uma divisão socioeconômica onde quem não arca com o custo das mesas reservadas é excluído, transformando celebração comunitária em produto turístico.

A dinâmica urbana de Diamantina reflete o conceito de urbanidade proposto por Henri Lefebvre, onde a cidade é moldada pela interação entre seus habitantes e o espaço que ocupam. A cidade reflete sempre uma segregação social, política e econômica e Lefebvre argumenta que o espaço urbano não é apenas físico, mas também uma construção social resultante de processos históricos, políticos, econômicos e culturais (Lefebvre *apud* Cavalcanti, 2008).

No entanto, é importante destacar que essa construção não é neutra, sua arquitetura e organização espacial reforçaram tais hierarquias, moldando dinâmicas sociais e culturais que persistem até hoje. A cidade foi configurada de maneira a reforçar essa segregação, com a arquitetura e a organização espacial refletindo as hierarquias de poder.

Essa segregação influenciou diretamente as práticas culturais e, com o tempo, a supressão de sua autonomia provocou profundas transformações, especialmente na área

musical. As divisões sociais e econômicas refletiam-se nas estruturas de poder e nas instituições locais, incluindo as Irmandades, que desempenhavam um papel central na organização social e cultural da população. Essas instituições, muitas vezes ligadas a grupos específicos e com certa autonomia, ajudavam a definir os espaços de convivência e de expressão cultural.

A visão de Henri Lefebvre (2006) sobre produção do espaço dialoga com a crítica de Guy Debord (1997) à espetacularização da vida social. Lefebvre mostra que o espaço urbano é constantemente moldado pelas relações sociais e pelas práticas cotidianas, refletindo conflitos e tensões de grupos que disputam seu uso e controle. Debord (1997), por sua vez, alerta para a mediação consumível das relações sociais, segundo o autor, o espetáculo substitui relações sociais por representações consumíveis. Assim, Lefebvre e Debord criticam a perda da autonomia cidadã e a mercantilização do espaço público, evidenciando como o controle político e econômico redefine usos e aliena a população de suas tradições culturais.

A *Vesperata* mercantilizada exemplifica essa convergência: o espaço vivido dos moradores converte-se em espetáculo, uma versão fetichizada da tradição local moldada pelos interesses do turismo e do capital. Quando Diamantina transforma a *Vesperata* em evento turístico privatizado, retira a experiência autêntica e coletiva do povo, moldando-a como produto adaptado aos interesses econômicos. O evento, antes expressão espontânea da comunidade, passa a ser representado de forma fetichizada, consumido visualmente por um público externo. A interação do espaço vivido, em Lefebvre, transforma-se em mercadoria, alienando cidadãos de seu território cultural.

Ainda, a privatização das ruas e as mesas reservadas para turistas evidenciam a separação socioeconômica: o acesso fica restrito a quem pode pagar, enquanto o restante da população é marginalizado ou alienado pela ideação de experiência plena. Essa divisão reproduz as desigualdades da sociedade espetacular, na qual o espaço público, que deveria ser inclusivo e acessível, torna-se território de exclusão. A Rua da Quitanda, que deveria pertencer a todos, converte-se em cenário controlado e mercantilizado, reforçando dinâmicas de poder e segregação inerentes à ideia de espetáculo.

Considerações finais

Neste texto, trata-se da forma como a *Vesperata* foi transformada em um evento turístico. O evento é uma manifestação que surgiu a partir de uma opção do maestro da Banda do 3º BPM de Diamantina: dispor os músicos nas sacadas dos casarões históricos para a execução de uma peça específica durante as tradicionais retretas realizadas pelo grupo ainda no século XIX. Essa apresentação repetiu-se muitas vezes e foi aclamada pelo público local até 1946, quando ocorreu sua última execução.

Como parte do movimento pelo reconhecimento do título de Patrimônio Cultural junto à UNESCO, reviveu-se a tradição da *Vesperata*, mas, ao ser restabelecida, seu objetivo e estrutura de organização foram alterados, tornando-se um espetáculo turístico com potencial econômico. Desse modo, o espaço urbano converteu-se em palco de interação cultural voltado tanto para os visitantes quanto para os interesses econômicos das atividades que orbitam nesse campo.

A revitalização da *Vesperata* como atração turística gerou aumento do fluxo de visitantes e benefícios econômicos significativos, incluindo a geração de empregos e o fortalecimento do comércio local. No entanto, esses recursos distribuíram-se de forma desigual, concentrando-se nas mãos de poucos.

Adicionalmente, a privatização do espaço público para a realização da *Vesperata* apresenta desafios. A comercialização do evento, por meio da venda de mesas reservadas, aliena parte da população local e cria uma divisão socioeconômica, limitando o acesso dos moradores a um patrimônio cultural que deveria pertencer a todos. Essa dinâmica levanta questões sobre a mercantilização de eventos culturais e a necessidade de equilibrar interesses econômicos e a preservação das práticas de sociabilidade musical.

Referências

- AMARAL, L. D. P. O Anjo da Meia Noite e as Vesperatas em Diamantina: tensões na produção de uma manifestação cultural. *Revista Vozes dos Vales*, UFVJM, Diamantina, n. 2, 2012.
- CAVALCANTI, M. T. Legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, n. 1., 2008.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo, Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. 4 ed. São Paulo, Ática, 1991.
- COSTA, E. B. *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina (MG)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DIAMANTINA. *Decreto nº 25, de 10 de janeiro de 2023*. Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, o uso das sacadas e janelas dos imóveis da Rua da Quitanda nos eventos da *Vesperata* e seus ensaios, e dá outras providências. Diamantina, 2023.
- DIAMANTINA. *Decreto nº 109, de 5 de março de 2024*. Dispõe sobre a gestão direta do evento *Vesperata* pelo Poder Executivo Municipal, e dá outras providências. Diamantina, 2024.
- FLERİ, Angelo. Concerto Note d'estate 2021 – Associazione Musicale Fiumedinisi. [S.I.]: YouTube, 12 ago. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xvdn4Ilc6ZE>. Acesso em: 10 maio 2025.
- GUIMARÃES, E. P.; FERREIRA, W. R. Turismo de eventos e seus impactos: o caso da *Vesperata* em Diamantina – MG. *Revista Reuna*, v.11, n.3, 2006.
- IPHAN. *Bens tombados*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- IPHAN. *Proposition D'inscription de Diamantina sur la liste du Patrimoine Mondial*. Sem nome do tradutor.

LACERDA, M.; SANCHO, A.; PENA, R.; DEUS, J. A. Aisagem cultural em Diamantina, MG: um estudo sobre patrimônio e topofilia. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, jul./dez., 2011.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão. Início: fev. 2006.

LESANN, J. G.; SILVA, M. A. B.; MOURA, A. C. M. *Atlas escolar de Gouveia*. Diamantina: Prefeitura Municipal de Gouveia, 1997.

MIRANDA, E. O.; SILVA, H. M. S. Des-territorialização e festa: a mercantilização do espaço público na Micareta de Feira de Santana. *III Encontro Baiano de Estudos em Cultura*, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. *Vesperata*. Disponível em: <https://www.diamantina.mg.gov.br/vesperata>. Acesso em: 16 set. 2024.

RODRIGUES, L., H.; LEMOS, E. P.; VOLPINI, C. P. Os impactos socioeconômicos da exploração turística da Vesperata na Comunidade Diamantina (Brasil). *Revista Internacional de Turismo, Empresa y Territorio*, v. 3, n. 2, p. 38-60, 2019.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *Geousp: espaço e tempo*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012.